

ESCRITURA PARTICULAR DA 7ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 19º e 20º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob o nº 33.042.730/0001-04 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300396090, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada “Emissora”; e

PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 4, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Emissora, “Partes”;

celebram a presente “Escritura Particular da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos definidos adotados nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído abaixo.

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Assembleia Geral	Assembleia geral de Debenturistas
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A.

CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados
CETIP21	Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado pela CETIP
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Colocação Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 7ª Emissão da Companhia Siderúrgica Nacional”, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder
Controlada Relevante	Qualquer sociedade controlada da Emissora, na qual a participação proporcional da Emissora (incluindo eventuais participações indiretas por meio de outras sociedades controladas) nos ativos totais consolidados da Controlada (após exclusões por conta da consolidação) exceda 10% (dez por cento) dos ativos totais consolidados da Emissora ao final do último exercício social encerrado, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil
Coordenador Líder	BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 24.933.830/0001-30
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de 1ª Integralização	A data da primeira integralização de Debêntures da Emissão.

Data de Emissão	28 de março de 2014, para todos os fins e efeitos legais
Data de Vencimento	28 de março de 2021
Debêntures	As 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 7ª (sétima) emissão da Emissora
Debenturistas	Titulares das Debêntures
Emissão	7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora
Emissora	Companhia Siderúrgica Nacional
Escritura	A presente “Escritura Particular da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional”
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A.
Hipóteses de Vencimento Antecipado	Eventos que poderão gerar o vencimento antecipado das Debêntures, previstos no item 6.3 desta Escritura
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
Instrução CVM nº 400/03	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada

Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
Juros Remuneratórios	Os juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculados nos termos do item 5.6 abaixo
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado pela CETIP
Oferta Restrita	Oferta das Debêntures, conforme definida no item 3.1.3 desta Escritura
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de 1ª Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período corrente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade
Resgate Antecipado Facultativo	Resgate antecipado facultativo das Debêntures, total ou parcial, que poderá ser realizado, a critério da Emissora, nos termos do item 6.2 desta Escritura
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, <i>over</i> extra-grupo, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário

disponível em sua página na *internet*
(www.cetip.com.br)

Valor Nominal Unitário O valor nominal unitário das Debêntures, equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão

2. AUTORIZAÇÃO

2.1. A presente Escritura é firmada com base em autorização do Conselho de Administração da Emissora, deliberada em reunião realizada em 21 de março de 2014.

3. DOS REQUISITOS

3.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1. Arquivamento e Publicação do Ato Societário

3.1.1.1. A ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora que deliberou sobre a presente Emissão foi devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, conforme o artigo 62, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

3.1.2. Inscrição e Registro da Escritura

3.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

3.1.3. Dispensa de Registro na CVM

3.1.3.1. A distribuição pública das Debêntures será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”).

3.1.4. Registro na ANBIMA

3.1.4.1. A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA apenas para fins de envio de informações à Base de Dados ANBIMA, de acordo com os procedimentos que vierem a ser definidos pela referida entidade, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 1º, §2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social a fabricação, transformação, comercialização, inclusive a importação e exportação de produtos siderúrgicos e dos subprodutos derivados da atividade siderúrgica, bem como a exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins, que direta ou indiretamente digam respeito às finalidades da Emissora, tais como: indústrias de mineração, de cimento e de carboquímicos, fabricação e montagem de estruturas metálicas, construção, transporte, navegação, atividades portuárias.

4.2. Número da Emissão

4.2.1. Esta é a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.

4.3. Número de Séries

4.3.1. A Emissão será realizada em 1 (uma) única série.

4.4. Montante da Emissão

4.4.1. O montante total da Emissão será de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5. Quantidade de Debêntures

4.5.1. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

4.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.6.1. O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04.

4.6.2. O Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64.

4.7. Destinação dos Recursos

4.7.1. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão, com objetivo de atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, serão destinados (a) à liquidação parcial da 1ª (primeira) parcela de amortização das debêntures da 6ª (sexta) emissão da Emissora, vincenda em 30 de março de 2014; ou (b) à recomposição do caixa da Emissora, caso a liquidação financeira das Debêntures ocorra após 30 de março de 2014.

4.8. Registro para Distribuição e Negociação

4.8.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no MDA e para negociação secundária no CETIP21, sendo a liquidação financeira e a custódia eletrônica das debêntures realizada através da CETIP.

4.8.2. Somente Investidores Qualificados poderão subscrever as Debêntures, conforme determina o artigo 2º da Instrução CVM nº 476/09.

4.8.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos investidores, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, observado ainda o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da referida Instrução

4.9. Colocação e Plano de Distribuição

4.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, prestada pelo Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 e do Contrato de Colocação.

4.9.2. As Debêntures serão distribuídas por meio do MDA, de acordo com o plano de distribuição previsto nesta cláusula, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, após a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09.

4.9.3. O público alvo da Oferta Restrita serão Investidores Qualificados. Nos termos da Instrução CVM nº 476/09 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente cláusula: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.9.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa com todos os termos e condições das Debêntures e da Oferta Restrita.

4.9.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.9.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização do preço das Debêntures no mercado secundário.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1. Valor Nominal Unitário

5.1.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2. Número de Séries

5.1.2.1. A Emissão será realizada em 1 (uma) única série.

5.1.3. Quantidade de Debêntures

5.1.3.1. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

5.1.4. Data de Emissão

5.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de março de 2014.

5.1.5. Vencimento

5.1.5.1. As Debêntures vencerão em 28 de março de 2021, ressalvada a possibilidade de resgate antecipado nos termos previstos nesta Escritura.

5.1.5.2. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

5.1.6. *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cédulas ou certificados.

5.1.7. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será emitido extrato em nome do titular das Debêntures pela CETIP, que servirá igualmente de comprovante de titularidade.

5.1.8. *Conversibilidade e Tipo*

5.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.9. *Espécie*

5.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não contarão com qualquer preferência ou garantia.

5.2. **Subscrição**

5.2.1. *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da Oferta Restrita, dentro do prazo de distribuição pública, que observará o disposto na Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Colocação.

5.2.2. *Preço de Subscrição*

5.2.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de 1ª Integralização até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.

5.4. **Direito de Preferência**

5.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5. **Atualização do Valor Nominal das Debêntures**

5.5.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

5.6. **Juros Remuneratórios das Debêntures**

5.6.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão Juros Remuneratórios correspondentes a 111,20% (cento e onze inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes desde a Data de 1ª Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, a que ocorrer por último, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento.

5.6.1.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos em 14 (quatorze) parcelas semestrais, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE PAGAMENTO	PARCELA
28 de setembro de 2014	1ª parcela
28 de março de 2015	2ª parcela
28 de setembro de 2015	3ª parcela
28 de março de 2016	4ª parcela
28 de setembro de 2016	5ª parcela
28 de março de 2017	6ª parcela
28 de setembro de 2017	7ª parcela
28 de março de 2018	8ª parcela
28 de setembro de 2018	9ª parcela
28 de março de 2019	10ª parcela
28 de setembro de 2019	11ª parcela
28 de março de 2020	12ª parcela
28 de setembro de 2020	13ª parcela
28 de março de 2021	14ª parcela

5.6.1.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures será realizado de acordo com as fórmulas abaixo:

$$J = VN_e \times (Fator\ DI - 1), \text{ onde:}$$

J = valor dos Juros Remuneratórios, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VN_e = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

$Fator\ DI$ = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da Data de 1ª Integralização ou da data de pagamento imediatamente anterior, a que ocorrer por último, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme a fórmula:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{DI} ;

p = 111,20 (cento e onze inteiros e vinte centésimos); e

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculada a partir da fórmula abaixo:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

5.6.2. Para os cálculos descritos no item 5.6.1 acima, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.6.2.1. O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, conforme o item 5.6.1.2 acima, é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

5.6.2.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100}\right)\right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

5.6.2.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.6.3. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento da remuneração.

5.6.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível na data de cálculo dos Juros Remuneratórios, será utilizada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.6.4.1. No caso de (a) ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação; (b) extinção da Taxa DI; ou (c) impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou judicial, a Taxa DI será substituída pela taxa substituta determinada legalmente para tanto ou, em sua falta, pela taxa que for adotada pela CETIP como substituta da Taxa DI.

5.6.4.2. Não existindo taxa substituta da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (a) da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos; (b) da data de extinção da Taxa DI; ou (c) da data em que foi verificada a impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou judicial, nos termos do item 5.6.4.1 acima, convocar Assembleia Geral para deliberar, em comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, observada a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

5.6.4.3. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral ou, caso instalada, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

5.6.4.4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de divulgação, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

5.7. Repactuação

5.7.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8. Amortização do Principal

5.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
28 de março de 2017	20,00%
28 de março de 2018	20,00%
28 de março de 2019	20,00%
28 de março de 2020	20,00%
28 de março de 2021	saldo

5.9. Condições de Pagamento

5.9.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1. Os pagamentos a que fazem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (1) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (2) pela instituição financeira eventualmente contratada para este fim.

5.9.1.2. O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

5.9.1.2.1. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pela Emissora.

5.9.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 5.9.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.9.2. *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação tratada nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.9.3. *Encargos Moratórios*

5.9.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período

relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento pelo prazo estabelecido em Lei.

5.10. Publicidade

5.10.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões relacionados a esta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas e que decorram de exigência legal, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. As demais publicações que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, mas não decorram de exigência legal, poderão ser veiculadas somente no jornal “Valor Econômico”, edição nacional. A Emissora poderá alterar os jornais acima por jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Aquisição Facultativa

6.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures no mercado, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM nº 476/09, por valor igual ou inferior ao seu valor nominal, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, nos termos do artigo 55, §3º, I, da Lei das Sociedades por Ações.

6.1.2. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2. Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer momento, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês a contar da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, promover o Resgate Antecipado Facultativo, total ou parcial, das Debêntures, de acordo com os procedimentos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6.2.2. O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento (a) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes, calculados *pro rata temporis* desde a Data de 1ª Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, a que ocorrer por último, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; (b) dos eventuais encargos devidos; e (c) de prêmio, incidente sobre o somatório dos valores mencionados nos subitens “a” e “b” acima, de acordo com a tabela abaixo:

PERÍODO (A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO)	PRÊMIO
37º ao 48º mês	0,60%
49º ao 60º mês	0,50%
61º ao 72º mês	0,30%
73º ao 84º mês	0,20%

6.2.3. Caso as Debêntures estejam registradas na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

6.2.4. Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo parcial, adotar-se-á o critério de sorteio para identificação das Debêntures que serão resgatadas, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações.

6.2.4.1. O Resgate Antecipado Facultativo parcial, caso ocorra, seguirá os procedimentos operacionais da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Os Debenturistas, na data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo parcial, deverão adotar todos os procedimentos junto à CETIP sob pena de não terem suas Debêntures efetivamente resgatadas. .

6.3. Vencimento Antecipado

6.3.1. As Debêntures deverão ser declaradas antecipadamente vencidas, observado o previsto no item 6.3.3 abaixo, exigindo-se o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes, calculados *pro rata temporis* desde a Data de 1ª Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que ocorrer por último, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, além dos demais encargos eventualmente devidos, na ocorrência de quaisquer das seguintes Hipóteses de Vencimento Antecipado:

- a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado em até 3 (três) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento pela Emissora de comunicação por escrito neste sentido do Agente Fiduciário ou de qualquer dos Debenturistas;
- c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (endividamento) da Emissora e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, inclusive no exterior, cujo valor individual seja igual ou superior ao equivalente em moeda corrente nacional a US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- d) se a Emissora sofrer protesto de títulos, cujo valor somatório seja equivalente em moeda corrente nacional a US\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que: (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (2) o protesto foi cancelado; ou (3) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo;
- e) inadimplemento de decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva e da qual não caiba qualquer tipo de recurso, que represente obrigação líquida e certa de pagamento, proferida contra a Emissora, cujo valor individual seja igual ou superior ao equivalente em moeda corrente nacional a US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), desde que não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data determinada para pagamento de referida condenação;
- f) (1) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante; (2) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada Relevante; (3) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (4) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- g) fusão, incorporação (aplicável quando a Emissora for a incorporada) ou cisão da Emissora, exceto se: (1) a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação ou de, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação quando se tratar de fusão ou incorporação da Emissora na Vicunha Siderurgia S.A., Vicunha Aços S.A. ou Vicunha

Steel S.A., ou outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (2) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação da(s) ata(s) da(s) assembleia(s) geral(is) relativa(s) à operação, o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de 1ª Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que ocorrer por último, sem que seja devido qualquer prêmio pela Emissora e sem que a Emissora incorra em qualquer penalidade pelo referido resgate antecipado;

- h) caso a Emissora deixe de ter por objeto a exploração de atividade siderúrgica e suas atividades correlatas, e desde que tal alteração afete adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura; ou
- i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3.2. Ocorrendo qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nas alíneas “f” e “i” acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ainda assim, o Agente Fiduciário, assim que ciente, obriga-se a informar imediatamente acerca do vencimento antecipado (a) a Emissora por meio de comunicação escrita; e (b) os Debenturistas por meio de (1) comunicação escrita; ou (2) a critério do Agente Fiduciário, publicação de anúncio, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações.

6.3.3. Ocorrendo qualquer das demais Hipóteses de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de referida hipótese, Assembleia Geral para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.3.3.1. Se, na Assembleia Geral referida acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação determinarem ao Agente Fiduciário que não declare o vencimento antecipado das Debêntures ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.3.2. Caso, uma vez instalada a Assembleia Geral, o quórum referido no item 6.3.3.1 não seja atingido, ou caso não haja instalação da Assembleia Geral, em segunda convocação, por falta de quórum, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e deverá enviar imediatamente à Emissora e à CETIP comunicação escrita informando tal acontecimento.

6.3.4. Havendo o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes, calculados *pro rata temporis* desde a Data de 1ª Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, a que ocorrer por último, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação informando o vencimento antecipado, referida no item 6.3.3.2 acima, sob pena de incidência dos encargos moratórios previstos nesta Escritura.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora obriga-se adicionalmente a:

- a) manter válidas e eficazes todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e do Contrato de Colocação, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- b) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - 1) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, ou em prazo inferior, de acordo com eventual determinação judicial ou administrativa, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - 2) no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura e de seus aditamentos perante a JUCESP;
 - 3) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura e de seus aditamentos; e
 - 4) declaração anual assinada por representantes da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura, para fins de elaboração do relatório a que se refere o artigo 68, §1º, “b”, da Lei das Sociedades por Ações, caso solicitada pelo Agente Fiduciário;
- c) informar o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o respectivo resgate antecipado;

- d) manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades;
- e) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP21, arcando com os respectivos custos;
- f) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP;
- g) efetuar (1) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário e dos demais prestadores de serviço da Emissão; e (2) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos nesta Escritura;
- h) notificar, no mesmo dia, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral;
- i) convocar, imediatamente, a Assembleia Geral para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, nos termos da legislação aplicável à Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- j) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais, sempre que solicitada;
- k) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o protocolo da comunicação de encerramento da Oferta Restrita perante a CVM, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM nº 400/03;
- l) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, exclusivamente com relação à Emissora:
 - 1) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - 2) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social à auditoria por auditor independente registrado na CVM;

- 3) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na *internet* as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer de auditores independentes;
- 4) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem “3” acima em sua página na *internet*;
- 5) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no que se refere a dever de sigilo e às vedações à negociação;
- 6) divulgar, em sua página na *internet*, a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02;
- 7) não divulgar ao público informações referentes à Emissora e à Emissão em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM nº 476/09 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003;
- 8) cumprir com todas as obrigações constante desta Escritura, especialmente aquelas relacionadas à Instrução CVM nº 476/09, incluindo o artigo 17, e ao disposto no artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03;
- 9) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM, pela ANBIMA e pela CETIP; e
- 10) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. Na data da assinatura da presente Escritura, a Emissora declara e garante que:

- a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias e/ou regulatórias necessárias à assinatura da presente Escritura, ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

- c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a presente Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- e) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e não ocorreu e não está em curso qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- f) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi estabelecida por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio de boa-fé;
- g) todas as informações escritas, fornecidas até a Data de Emissão, pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, para fins da ou em relação à presente Escritura, não contêm qualquer informação falsa ou enganosa em qualquer aspecto relevante ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações nela contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas, estando entendido, para fins desta alínea, que projeções quanto a acontecimentos futuros não devem ser consideradas declarações de fato; e
- h) as informações prestadas e fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita.

9. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

9.1.1. Na data de assinatura da presente Escritura, conforme informações unicamente encaminhadas pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário, nas seguintes emissões: (a) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da MRS Logística S.A. (“MRS”), com vencimento em 1º de fevereiro de 2020, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil)

debêntures, na data de sua emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); até esta data, foram verificados eventos de amortização, conforme previsão na escritura de emissão; até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; na data da emissão, as debêntures da MRS possuíam garantias flutuantes, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; (b) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da MRS Logística S.A. (“MRS 2”), com vencimento em 18 de julho de 2018, em que foram emitidas 300.000 (trezentas mil) debêntures, na data de sua emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; na data da emissão, as debêntures da MRS 2 não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; (c) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da MRS Logística S.A. (“MRS 3”), com vencimento em 10 de dezembro de 2019, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de sua emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; na data da emissão, as debêntures da MRS 3 não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; e (d) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora (“Debêntures da 6ª Emissão”), com vencimento final em 30 de março de 2015, no caso da 1ª Série, e 06 de setembro de 2015, no caso da 2ª série, em que foram emitidas 156.500 (cento e cinquenta e seis mil e quinhentas) Debêntures da 6ª Emissão, na data de sua emissão, no valor de R\$ 1.565.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões de reais); até esta data, não foi verificado qualquer evento de resgate, repactuação e/ou inadimplemento; na data da emissão, as Debêntures da 6ª Emissão não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão.

9.2. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2.1. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias anteriores ao término do prazo referido no item 9.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

9.2.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.2.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

9.2.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura.

9.2.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

9.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.3. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação ou regulamentação aplicáveis:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as informações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância dos prazos previstos nesta Escritura para a prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- i) solicitar, apresentando os fundamentos de tal solicitação, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral, nos termos previstos nesta Escritura;
- k) comparecer à Assembleia Geral a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com foco nos indicadores econômicos e financeiros e na estrutura de capital adotada;
 - 4) posição da distribuição das Debêntures no mercado;
 - 5) resgate, amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros

Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- 6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - 8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - 9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - 10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedades controladoras, controladas, coligadas ou integrantes do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões, conforme previstos na Instrução CVM nº 28/83;
- m) calcular, na data da 1ª (primeira) subscrição e integralização e nas datas de pagamento das Debêntures, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures;
- n) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures diariamente aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- o) emitir quitação dos pagamentos devidos a título de Juros Remuneratórios e amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde que confirmados previamente pelo Banco Liquidante;
- p) colocar o relatório de que trata o item “I” acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- 1) na sede da Emissora;
 - 2) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - 3) na CETIP;

- 4) na CVM; e
- 5) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento da distribuição das Debêntures;
- q) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra disponível nos locais indicados no subitem acima;
- r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;
- s) coordenar o sorteio das Debêntures a serem objeto de Resgate Antecipado Facultativo, se for o caso;
- t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- u) sem prejuízo dos prazos específicos previstos nesta Escritura, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, devendo comunicação de igual teor ser enviada à CVM e à CETIP.

9.4. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 9.4 “a” a “c” acima, se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o determinar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação.

9.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação da veracidade das deliberações societárias e atos da administração da Emissora ou, ainda, de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões, nos termos da presente Escritura.

9.7. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração a ser paga na forma prevista nos itens abaixo.

9.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário será devida pela Emissora em parcelas anuais de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo a primeira devida no 10º (décimo) dia útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais na mesma data dos anos subsequentes.

9.7.1.1. A remuneração será devida, *pro rata die*, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.7.1.2. A remuneração prevista no item 9.7.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item 9.7.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário.

9.7.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.7.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário.

9.7.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário

substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral.

9.7.5. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso: publicações em geral, despesas com *conference call* e despesas telefônicas, notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

9.7.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso estarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.8. O Agente Fiduciário não emitirá opinião ou fará qualquer juízo sobre fato relacionado à Emissão cuja definição seja de competência exclusiva dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as orientações que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. O Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo previsto na Instrução CVM nº 28/83, na Lei das Sociedades por Ações e ao previsto nesta Escritura.

9.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.11.1. Quando as despesas realizadas pelo Agente Fiduciário não forem previamente aprovadas pela Emissora, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda que a Emissora reembolsará os montantes gastos de acordo com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.11.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário no exercício de sua função enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.11.3. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.11.4. Observado o disposto nos itens 9.11 e seguintes acima, o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. O Agente Fiduciário declara e garante que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme disposto no artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;

- b) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas na Instrução CVM nº 28/83.
- c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulamentares e estatutários necessários para tanto;
- f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- g) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- h) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- j) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão.

11. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

11.2. A Assembleia Geral poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação.

11.3. A presidência da Assembleia Geral caberá aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.

11.4. A convocação da Assembleia Geral dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos do item 5.10 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecem todos os Debenturistas.

11.5. A Assembleia Geral se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Debenturistas que detenham, pelo menos, a metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

11.6. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura ou matéria sujeita à deliberação dos Debenturistas, nas respectivas Assembleias Gerais, nos termos aqui estabelecidos, exceto as matérias sujeitas a quórum de deliberação específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

11.6.1. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como, por exemplo, (a) aos Juros Remuneratórios, exceto na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 5.6.4 e seus subitens acima; (b) à data de pagamento dos Juros Remuneratórios; (c) à Data de Vencimento; ou (d) às Hipóteses de Vencimento Antecipado, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

11.7. A cada Debênture corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários.

11.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral, serão consideradas Debêntures em circulação todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que sejam de titularidade da Emissora ou de seus acionistas controladores e sociedades controladas, coligadas e sob controle comum, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

11.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.10. Aplicar-se-á à Assembleia Geral, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

a) para a Emissora:

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 19º e 20º andares

At.: Sr. Ubiratan Paes / Sra. Rosana Padua

Telefone: (11) 3049-7170

Fax: (11) 3049-7480

b) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102 - Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Sra. Nathalia Machado Loureiro / Srta. Marcelle Motta Santoro

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

c) para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 10º andar

04309-010 – São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Andre Negrin Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

d) para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

04538-152 – São Paulo – SP

At.: Sra. Luiz Andre Negrin Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

e) para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. República do Chile, 230, 11º andar

20031-919 - Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 1º andar

01452-001 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1563

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes por aquela que tiver seu endereço alterado.

12.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

12.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal

julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.6. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.7. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13. FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 21 de março de 2014.

(assinaturas na próxima página)

(o restante desta página foi deixado intencionalmente em branco)

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional", firmada entre a Companhia Siderúrgica Nacional e a Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 21 de março de 2014)

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:

Cargo:

2.

Nome:

Cargo: